

ENTRE LEMBRANÇAS E UM SONHO REALIZADO: DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ – BIÊNIO 2019-2020 – em 01/02/2019¹

Agradecimentos. I. Era então 1963. II. Sonhos de criança em um mundo confuso demais. III. Teorias do direito e da norma jurídica. IV. Encanto e desencanto. V. O tapete voador agora é real. VI. Quando o mundo desaba, o ser humano o sustenta.

Agradecimentos

Autoridades já nominadas, senhoras e senhores.

Início cumprimentando e agradecendo.

Cumprimento, em primeiro lugar, o Desembargador Renato Braga Bettega, que ora se despede. Como os outros colegas que ocuparam a Presidência deste Tribunal, Vossa Excelência exerceu o cargo com honradez e competência. Magistrado exemplar, soube enfrentar com extraordinária habilidade os desafios administrativos. Fez uma profícua gestão. O Poder Judiciário paranaense avançou muito, o que lhe assegura a marca de proficiente realizador e um lugar de destaque na história desta Corte.

As minhas homenagens, por igual, aos demais membros da cúpula diretiva que ora deixam seus cargos: Desembargadores Arquelau Araújo Ribas (1º Vice-Presidente), Lídia Maejima (2ª Vice-Presidente), Rogério Luís Nielsen Kanayama (Corregedor-Geral da Justiça) e Mario Helton Jorge (Corregedor da Justiça). As homenagens são extensivas às Desembargadoras Lenice Bodstein (Ouvidora-Geral da Justiça) e Ana Lúcia Lourenço (Ouvidora substituta). A todos, deixo registrado o reconhecimento pelo excelente trabalho realizado.

¹ ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA (1963-). Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (2019-2020).

Saúdo também um jovem de apenas 37 anos de idade, detentor de uma liderança forjada pelo voto popular. Refiro-me ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Governador Carlos Roberto Massa Júnior. A magistratura, diante da sua indelével conduta na vida pública, está certa de que Vossa Excelência fará uma gestão exitosa, pautada pela ética e permeada de grandes projetos, realizações e inovações voltadas para o bem comum do povo paranaense, estimuladora da nossa crença de que podemos superar as dificuldades e nos mantermos protagonistas no cenário político, econômico e social do nosso país.

Meus cumprimentos, igualmente, a todos os integrantes da Assembleia Legislativa do Paraná, aqui representada pelo Deputado e Presidente Ademar Traiano, casa do povo que cumpre papel essencial na democracia e nos rumos do nosso Estado.

O nosso relacionamento com o Executivo e o Legislativo terá como norte a rigorosa obediência ao postulado constitucional da harmonia entre os Poderes. Atuaremos “lado a lado”, com constante diálogo, em tudo quanto for necessário para o bem comum dos paranaenses, especialmente na implementação e execução de políticas públicas que nos forem comuns, tal como recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça, aqui representado pelo Desembargador Carlos Vieira Von Adamec. Não descuidaremos, porém, da inafastável independência do Judiciário, como Poder do Estado que é, pela qual cada juiz é responsável em seu exercício cotidiano e o Tribunal de Justiça seu guardião permanente.

Anoto ainda meu apreço pelo Tribunal de Contas do Paraná, aqui representado por seu Presidente, o Conselheiro Nestor Batista, Tribunal eminentemente técnico e de fundamental importância para a gestão e correta aplicação do dinheiro público.

Felicito na pessoa do Presidente da AMAPAR, Juiz de Direito Geraldo Dutra de Andrade Neto, todos os magistrados aqui presentes (de ontem, de hoje e de sempre) e em especial meus colegas desembargadores da cúpula diretiva ora empossada, junto com os quais terei a honra de administrar o Poder Judiciário do Paraná. São eles: Wellington Emanuel Coimbra de Moura (1º Vice-Presidente), José Laurindo de Souza Netto (2º Vice-Presidente), José Augusto Gomes Aniceto (Corregedor-Geral da Justiça) e Luiz Cezar Nicolau (Corregedor da Justiça). Amplio os cumprimentos às Desembargadoras Ana Lúcia Lourenço

(Ouvidora-geral da Justiça) e Maria Aparecida Blanco de Lima (Ouvidora substituta), bem assim aos novos integrantes do Conselho da Magistratura e do Colendo Órgão Especial. A trajetória de Vossas Excelências na magistratura paranaense, a par do elevado conhecimento jurídico que possuem, é certeza de que cumpriremos a contento a missão que nos foi confiada. Que possamos, sempre, dignificar esta nobre carreira que escolhemos por vocação.

Congratulando-me com todos os Procuradores e Promotores de Justiça aqui presentes, quero lembrar a importância do Ministério Público para a sociedade, o fazendo na pessoa do Procurador-Geral de Justiça Ivonei Sfoggia. A atuação desses profissionais do Direito, quer como **custos legis**, quer como parte, é fundamental para a concretização dos direitos dos cidadãos. A Constituição Federal incumbiu ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que nos faz integrantes da tripulação da mesma nau da Justiça, nas águas revoltas e turbulentas dos conflitos sociais.

Saúdo os advogados, procuradores e defensores públicos que aqui se encontram na pessoa do Presidente da OAB/PR, Cássio Lisandro Telles, destacando, nas palavras de Pinto Ferreira, *“a nobilitante função social”* que exercem esses profissionais porque a advocacia brasileira tem contornos próprios, únicos em todo o mundo, a ponto de o constituinte ter reconhecido sua importância como indispensável à administração da Justiça e o legislador ordinário estabelecido como missão da Ordem dos Advogados do Brasil a defesa dos valores maiores da democracia.

Em suma, cumprimento todos os juristas que nos honram com suas presenças, professores, assessores, servidores, delegados de polícia e estudantes. Lembrando Aristóteles, *“que a justiça seja nossa causa primeira e a dignidade do ser humano nosso fim último”*.

Devo ainda agradecer a presença dos meus colegas presidentes de outros Tribunais, o que faço na pessoa do Ministro Sérgio Kukina, neste ato representando a presidência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Cumprimentando o General Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, Comandante da 5ª Divisão do Exército, deixo consignado meu respeito aos valorosos integrantes da Força Pública aqui presentes, cuja atividade se

organiza de forma modelar com vistas à disciplina da vida social, da garantia da ordem pública e da proteção individual e coletiva.

Expresso também aos profissionais da imprensa aqui presentes a minha sincera admiração. Os órgãos de comunicação social são vitais para a manutenção da democracia. A plena liberdade de imprensa é condição ***sine qua non*** para a existência do Estado Democrático de Direito. Entre tantas outras funções, é notória a de fiscalizar a atuação dos órgãos públicos, indicando dados corretos e informações contextualizadas, a fim de que a população possa se inteirar dos fatos e emitir os seus juízos de valor. Por isso, estaremos sempre à disposição dos jornalistas para prestar contas das nossas atividades.

Agradeço, a propósito, dentre outras, a presença do Dr. Guilherme Cunha Pereira, Diretor Executivo da Rede Paranaense de Comunicação, lembrando a figura do seu saudoso pai, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que empreendeu diversas ações em prol das causas do nosso Estado, como a mobilização para diversificar a produção agrícola paranaense, então concentrada no café, e a campanha para melhorias do Aeroporto Afonso Pena.

Reverencio também, Dr. Guilherme, a memória do seu avô, o Desembargador Francisco Cunha Pereira, falecido em 1999, aos 103 anos de idade. Ele foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e professor fundador da Faculdade de Direito de Curitiba. E, exercendo tantas outras atividades, prestou relevantes serviços ao nosso Estado.

Por fim, cumprimento os meus familiares, presentes e ausentes, sem os quais toda existência teria menos sentido.

I. Era então 1963

Feitos os cumprimentos e agradecimentos iniciais, peço licença aos senhores para voltar ao ano de 1963, ano em que o casal Teresa e Gilberto tinha seu quarto filho, o único homem dos seus 05 filhos. Cleuza, Cleomara e Claudete estão aqui hoje. Minha outra irmã caçula, Rosana, nos deixou há 02 anos, mas sempre existirá. Com vocês, minhas irmãs, compartilhei sonhos comuns e a alegria da união que nos permite acreditar que nossas vidas não se tornaram túmulos de nossos ideais.

Muito tempo depois vim a saber que no ano em que nasci o Presidente norte americano John F. Kennedy (JFK) foi assassinado, trazendo novos

contornos para uma década tumultuada e confusa em diversos aspectos. Na década em que nasci, o mundo viu acontecer a Guerra do Vietnã (1955-1975) como se não tivesse início ou fim, o Brasil enfrentou instabilidade política e rupturas, Paris assistiu ao Maio de 1968 e o grande público conheceu o estilo elíptico de Rubem Fonseca, o maior contista brasileiro ainda vivo, hoje com seus 93 anos de idade. Apenas muito tempo mais tarde vim a saber quem era Jean-Paul Sartre, o constrangimento que a recusa a um Prêmio Nobel poderia causar e como uma rebelião estudantil poderia estar relacionada com o trabalho de Michel Foucault.

Da minha parte, essa década foi só encantamento, brincadeiras, passeios, expedições e futebol. Já nessa época comecei a agradecer aos ingleses por terem largado um pouco o críquete: dedicava-me ao futebol em todos os momentos possíveis, fosse com uma bolinha de papel, de meia ou mesmo com uma bola imaginária e um estádio lotado.

Apesar das limitações financeiras e da vida simples que levávamos, vivi uma infância como toda criança deveria viver: em um mundo mágico, de alegrias e descobertas. A Vila Isabel, bairro tradicional de Curitiba, era um mundo enorme a ser explorado, cheio de aventuras, campos de futebol e estádios perfeitos em cada porta, rua ou portão. Não conheci os grandes autores e intelectuais nessa minha primeira década de vida, mas provavelmente me diverti com as histórias dos irmãos Grimm e de Monteiro Lobato.

Sem entender muito sobre política e as disputas ideológicas da época, aprendi com meus pais os primeiros e mais importantes valores da vida e do ser humano. A eles agradeço por terem constituído uma família onde a fé, Dom José Antonio Peruzzo, o trabalho e os rígidos costumes foram os pilares sobre os quais foi edificada a minha formação, incutindo em meu espírito lições de humildade, de perseverança, de trajetória no caminho do bem, de amor ao próximo e de temor a Deus.

Ainda me lembro da alegria do meu saudoso pai quando chegava em casa após um dia de trabalho como motorista de caminhão e me pegava no colo para me ensinar silenciosamente a força do amor. Também me lembro de acompanhar minha mãe, aqui presente com seus 86 anos de idade, ao pequeno salão de beleza que administrava como cabeleireira, graças ao qual o orçamento familiar se mantinha. Tenho enorme gratidão e grande orgulho dos meus pais,

de como conseguiram manter uma família grande e de tudo que me proporcionaram, apesar das dificuldades e de um ou outro desencontro.

II. Sonhos de criança em um mundo confuso demais

A década de 70 não poderia começar melhor: o Brasil conquistava o tricampeonato mundial de futebol, tínhamos Pelé e Garrincha e eu jogava futebol até o corpo não aguentar mais. Mas no final da infância e início da adolescência começamos a entender que o mundo não é feito apenas de futebol e de alegrias, apesar delas existirem e conviverem ao lado da dor e do sofrimento.

Na época não conhecia Edgar Morin para tentar entender a complexidade do mundo, a ideia de sistema, auto-organização ou o princípio holográfico. Também não conhecia Chesterton e suas lições sobre a grande obra de Deus que se pode vislumbrar no mundo ao ver um trem sair de uma estação e chegar a outra.

Nessa época, o mundo começou a não fazer tanto sentido: existia uma tal Guerra Fria lá fora, uma Revolução dos Cravos em Portugal, o petróleo um dia desapareceu da Terra, inventaram até que Elvis Presley tinha morrido. Tudo muito estranho, confuso demais. Foi nesse mesmo tempo e nesse mesmo mundo que conheci pessoas que não guerreavam, que Bob Marley espalhava a mensagem do grande Reino da Etiópia, que a TV se fez colorida, que descobri que o gênio humano poderia criar algo como “*O Poderoso Chefão*” e tantos outros filmes no cinema.

Sem dúvida, essa foi a época das mudanças e descobertas em minha vida. Aprendi muitas coisas no Colégio Estadual Vila Isabel com grandes e anônimos professores. Conheci o medo quando tive o olho perfurado por um prego, a importância da amizade e do amor quando na enfermagem do hospital meus familiares seguravam minha mão. Compreendi, então, a força de um abraço e os milagres que se realizam quando o ser humano está próximo um do outro. Recentemente, voltei a descobrir como milagres se realizam quando as pessoas se unem, pedem a Deus e colocam seus corações e mentes para trabalhar por amor ao próximo. Logo contarei essa história.

Mesmo sem conhecer nada do humanismo secular de Luc Ferry ou da divindade e dignidade inerente ao homem, como se aprende no Gênesis ou nos livros de teologia de Joseph Hatzinger, entendi que o ser humano faz coisas

incríveis quando se preocupa com o outro, compreende que todos sofrem, sentem medo, frio, fome, têm fraquezas e qualidades ao mesmo tempo e no mesmo ser. Talvez venham de lá as raízes dessa minha preocupação com o ser humano, a sua qualidade de vida e, seguindo Amartya Sen, com a reconstrução do encontro entre as pessoas e a realização da Justiça (ou, ao menos, a redução das injustiças manifestas e corrigíveis do mundo).

Ampliei minha experiência neste complexo mundo que se apresentava para mim quando, na adolescência, aos 12 anos de idade, iniciei no meu primeiro emprego, como **office boy**, para ajudar nas finanças familiares, abandonando minha “caixinha” de engraxate, com a qual fazia alguns “biquinhos” para arrumar alguns “trocados”. Conheci outras preocupações, novos modos de vida, novas razões. Aos 16 anos de idade fiz o curso técnico de contabilidade e assim descobri que existia o Direito, suas regras, suas áreas, o Poder Judiciário. Surgiam os primeiros raios de um novo mundo, uma nova vida, com toda a sua *“complexidade sistêmica, que é, ao mesmo tempo, mais e menos que a soma de suas partes”*.

III. Teorias do direito e da norma jurídica

A década de 1980 começou com grande expectativa, com a certeza de mais um mundial para o Brasil, com sonhos e muitas descobertas. Como imaginar que a equipe dirigida por Telê Santana, que encantava o mundo inteiro, poderia algum dia perder? Mas a vida é complexa, as situações inesperadas, muitas coisas acontecem sem preparação ou aviso.

De repente, eu estava lá, lendo “*O que é Direito*”, de Roberto Lyra Filho e “*Teoria da Norma Jurídica*”, de Norberto Bobbio, tentando decifrar palavras que jamais tinha escutado, envolvido em problemas sobre o juspositivismo ou o jusnaturalismo.

De repente, eu tinha que me esforçar para entender o que diferencia o Direito de outros sistemas normativos como a religião, a moral ou o costume; ler e reler a “*Teoria Pura do Direito*” e tentar avaliar sua utilidade prática.

Como nos preocupamos com coisas estranhas quando somos jovens e não sabemos muito bem qual caminho seguir. Talvez eu não saiba qual a melhor resposta para as dúvidas dos primeiros anos da faculdade de Direito, que cursei na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mas hoje entendo que o Direito

não existe em abstrato tão somente; ele existe em decisões que influenciam pessoas, mudam vidas, determinam destinos. É no livro “*O caso dos exploradores de cavernas*” que começamos a entender o que é o Direito.

Naquela época, jamais imaginei que um dia iria dirigir algumas palavras aos magistrados do meu Estado, como as que passo agora a proferir convidando-os a refletir sobre a enorme responsabilidade social que carregam sobre seus ombros, pois têm em suas mãos grande parcela de autoridade e disponibilidade da própria criatura humana. É o Juiz quem interfere e delibera sobre o patrimônio econômico das pessoas. É quem regula e dá às pessoas permanência ou não nos laços de família. É quem restringe ou dilata a liberdade das pessoas, pois à sua ordem as portas das prisões se fecham ou se abrem para a liberdade. É o Juiz quem tem a possibilidade de manter incólume a honra das pessoas nas causas de calúnia, injúria ou difamação. É quem, em suma, goza da possibilidade de interpretar e aplicar a lei e distribuir Justiça.

É preciso, então, que tenhamos em mente, sempre, que da nossa decisão depende o destino de muitas vidas, que precisamos ser dignos dessa excelsa missão, que o bom juiz é movido por duas extraordinárias forças, a VOCAÇÃO e o AMOR À JUSTIÇA, e que não podemos nos esquecer do papel do juiz moderno, segundo o qual “*Não há mais lugar para a figura hierática, autoritária e dura do magistrado de casta, isolado da vida e da sociedade e envolto no orgulho de sua toga, como um nobre romano tomado de horror ao vulgo profano. A atividade do juiz deve ter um cunho prático e humano, com grandeza de alma, tato e simpatia, de par com o conhecimento exato das realidades da vida*”.

Conjugo dois grandes pensadores para fechar essa década da história, na qual, em seu final, os rumos da minha vida foram estabelecidos: me formei em Direito, casei com minha amada esposa Rosane, fui aprovado em concurso público e, com muito orgulho, comecei a trabalhar como auxiliar judiciário neste Tribunal de Justiça. Mais adiante fui aprovado em outro concurso público, agora para promotor de Justiça, passando a integrar os quadros do Ministério Público do Paraná. Por fim, minha amada filha Caroline nasceu em 1989, ocasião em que conheci a grandeza e o milagre de ser pai.

Como não agradecer a você Rosane, companheira de mais de 30 anos, pelo apoio, pela compreensão e pelo especial carinho em sempre me estimular a prosseguir na caminhada?

A você Rosane, ferrenha estimuladora dos meus sonhos, o meu muito obrigado pela sustentação nos momentos árduos da minha carreira e por ter me presenteado com duas joias maravilhosas: os nossos amados filhos Caroline e Gilberto.

Enfim, as promessas de uma grande década se cumpriram.

Mas voltando aos dois grandes pensadores, são eles: Castanheira Neves, grande filósofo do Direito português, e Milan Kundera, que dispensa apresentações. Para o jurisprudencialismo de Castanheira Neves, o Direito é uma alternativa humana que exige comprometimento em cada decisão. Em suas palavras: “o imperativo do direito é este: **sê pessoa e respeita os outros como pessoas**”. **Aí está a grande responsabilidade e compreensão que todo magistrado deve ter.** Nesse sentido, devemos sempre lembrar de “A *insustentável leveza do ser*”, pois uma vida por demais descomprometida consigo mesma e com o próximo torna-se em algum momento leve demais e, assim, insustentável.

IV. Encanto e desencanto

A década de 1990 foi a grande década, pois tudo mudou. O mundo que o Século XIX e XX conheceu se desfez no ar, passando a existir um novo mundo, cheio de tecnologia e coisas inimagináveis alguns anos antes. Até essa década, ninguém falava sequer em inteligência emocional, quanto mais em inteligência artificial. A **internet** ainda era **Arpanet**, uma ilustre desconhecida do grande público, servindo apenas a alguns setores acadêmicos e ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América.

O mundo tentava se organizar com o declínio do bloco soviético, com o fim das grandes ideologias, com o avanço humanista que estava em marcha. Vale lembrar que foi apenas em 1994 que o **Apartheid** viu seu fim na África do Sul, que os direitos humanos ganharam relevo e preocupação global e que pudemos ver os primeiros aspectos positivos da globalização humanista.

Foi nessa década que o mundo começou a conversar, que as pessoas passaram a se locomover com facilidade, que o IBM 386 nos possibilitou pesquisar em bibliotecas e conversar com pessoas do outro lado do mundo. Ainda não existiam **smart phones**, **Google** e redes sociais e as invenções do filme “*De volta para o futuro*” eram apenas imaginação e sonhos.

Emprestando a expressão do sociólogo alemão Max Weber, a sociedade ocidental vivia ao mesmo tempo um encantamento com todas as possibilidades que se apresentavam e um desencantamento do mundo advindo de uma maior racionalização e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Sem dúvida que a década de 90 foi um misto de alegrias e tristezas, expectativas e frustrações, sonhos, realizações e decepções. Na verdade, a vida é sempre assim, de todo ser humano, em todos os lugares. Mas aquele dribble do Caniggia em Taffarel não nos trouxe, definitivamente, um bom começo.

Contudo, no mesmo ano, depois de ser aprovado em novo concurso público, iniciei minha carreira na magistratura, um início cheio de contentamento e expectativas, realizações que se somaram durante todos esses anos. Depois vieram outras alegrias, como o nascimento do meu amado filho Gilberto, em 1993, a consolidação da minha carreira na magistratura nas Comarcas de União da Vitória, Realeza, Siqueira Campos, Toledo e Ponta Grossa, e a certeza de que estava no lugar certo, realizando minha vocação.

Neste ponto, quando falo dessa dualidade do mundo, da vida e das pessoas, acredito que algumas palavras devem ser dirigidas aos nossos competentes servidores.

Nós esperamos que cada um dos senhores continue desempenhando suas funções com o costumeiro zelo, dedicação, responsabilidade e eficiência, a fim de que a nossa Instituição possa atingir, em tempo razoável, a sua nobre missão constitucional. E quanto à produtividade da força de trabalho, desejo lembrar que as pessoas são movidas por duas gigantescas forças antagônicas, mas que, paradoxalmente, se completam: uma delas é a **competição**; a outra, a **cooperação**.

A **competição**, embora necessária porque funciona, em muitas situações como um poderoso agente motivacional, pode, às vezes, trazer consequências negativas, pois quando aflora exacerbadamente no corpo de um ente coletivo, alimentando vaidades pessoais, reduz substancialmente o potencial de realização do Grupo ou da Organização. A **cooperação**, por sua vez, não padece desse mal. Os atos cooperativos só trazem consequências benéficas, resultados úteis para as pessoas e para a sociedade.

Por isso, caríssimos servidores, nós da cúpula diretiva lhes fazemos um apelo: vamos trabalhar da forma mais colaborativa possível. Mais do que

trabalho em grupo, precisamos de “**espírito de equipe**”, para que possamos, juntos, vencer os próximos desafios.

V. O tapete voador agora é real

Com a chegada do novo milênio, de volta a Curitiba, assumi a 12ª Vara Cível, a Vara de Registros Públicos, fui juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e da Presidência deste Tribunal; depois assumi o posto de juiz substituto em 2º grau e, por fim, o tão sonhado e almejado cargo de desembargador. Enfim, para lembrar Gabriel García Márques e o Coronel Aureliano Buendía, o tapete voador, enfim, era real como o gelo. É impossível uma vida desacompanhada de erros, batalhas e frustrações, mas acreditar nos sonhos, em milagres e na poesia da vida nos faz atingir realizações incríveis, ainda que com elas venham grandes responsabilidades.

E foi assim que chegou e se iniciou a primeira década do século XXI: antes que pudéssemos nos dar conta, o Brasil era pentacampeão e estávamos na pós-modernidade ou na modernidade líquida, como sugere a obra de Zygmunt Baumann.

O “*bug do milênio*” não aconteceu, coisas boas aconteciam em diversas partes do mundo, mas nada mais era sólido, tudo estava em constante transformação, tudo se misturava, não conseguíamos mais identificar ou ter certeza do nosso papel no mundo. Este século, com toda certeza, exigirá mais do ser humano.

O professor e escritor Yuval Noah Harari, autor de dois livros recentes – “*Homo Sapiens*” e “*Homo Deus*” –, muito elogiado por Barack Obama, Bill Gates e Mark Zuckerberg, fez a seguinte profecia:

“Ainda teremos netos, mas não tenho muita certeza de que os nossos netos terão netos. Pelo menos não humanos”.

Ao fazer essa afirmação, aparentemente absurda, de que os netos dos nossos netos não serão humanos, Harari quis fazer uma grave advertência baseada num exercício de futurologia. Imagina-se que, num futuro não muito distante, a inteligência artificial e a biotecnologia mudarão completamente o comportamento social das pessoas, criando a classe dos seres humanos desempregados e a dos socialmente inúteis. Se isso realmente vai acontecer, nos moldes que se imagina, só o tempo dirá.

É certo que o avanço tecnológico trará muitos benefícios para os seres humanos, sobretudo no campo da saúde. Isso já vem acontecendo. Mas trará também consequências negativas para a espécie humana. Os algoritmos decidirão as nossas vidas e com isso perderemos, em parte, o nosso livre arbítrio e o nosso senso de humanidade. Assim, os netos dos nossos netos só serão, em parte, humanos porque suas decisões serão pautadas por algoritmos controlados apenas por máquinas ou por poucas pessoas – uma nova classe de dirigentes – que estabelecerão as novas regras da sociedade.

Como não se impressionar e refletir sobre o poder da vida ou da morte que máquinas com inteligência artificial terão sobre os humanos ao ler o último livro de Dan Brown, “*Origem*”?

Embora destacando os benefícios dessa futura e espetacular revolução tecnológica, Harari traz reflexões sobre como a biotecnologia e a inteligência artificial podem ameaçar o humanismo e contribuir para a ascensão de uma sociedade pós-humanista. Mais do que tentar adivinhar como será o nosso amanhã, trata-se, agora, de buscar entender como estamos conduzindo o mundo e a nossa humanidade presente, para, quem sabe, se for o caso, alterarmos a rota.

A propósito, 78 anos atrás, Charlie Chaplin fez a seguinte afirmação: “*Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade*”.

Neste ponto, faço a seguinte indagação: que relação há entre a sombria previsão de Harari, a que acabo de fazer referência, e este momento solene em que assumo, com inusitada honra e alegria, a presidência deste Tribunal?

Explico: o que quero destacar é que o principal foco da nossa administração serão as pessoas. Repito o que disse Chaplin: “*Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade*”.

Humanidade remete a humanismo, e humanismo diz respeito a pessoas. Essa é a chave da boa administração.

Nossa gestão será baseada em dois importantes princípios. O primeiro é o **princípio da absoluta valorização das pessoas que trabalham nesta Instituição**: magistrados, servidores, serventuários, estagiários e colaboradores vinculados às empresas terceirizadas. O segundo é o **princípio do absoluto respeito aos interesses dos jurisdicionados**, das pessoas que se socorrem dos serviços judiciários em busca de seus direitos.

Por isso, incentivaremos todas as práticas que possam trazer bem-estar e harmonia ao ambiente de trabalho; apoiaremos todas as ações que estimulem o desenvolvimento pessoal e profissional e que aumentem a eficiência e a produtividade junto com a felicidade. Somente assim poderemos cumprir, de forma eficiente, a importante missão do Poder Judiciário, de oferecer aos jurisdicionados, em prazo razoável, a prestação jurisdicional, a solução para as suas demandas.

Num mundo que, aos poucos, vai sendo dominado pela tecnologia, é bom que antes de virarmos “máquinas” cultivemos, como ensina Mohammed Bin Rashid Al Maktoum, o grande idealizador e construtor da atual Dubai, mais as emoções positivas, principalmente aquelas que criam relações cordiais ou laços afetivos entre as pessoas, sobretudo entre os integrantes de equipes de trabalho.

Sim, precisamos das máquinas, da tecnologia. Vivemos na Era Digital. É evidente que, para atender com mais eficiência e rapidez as necessidades da população, o Poder Judiciário deve se valer de todos os recursos tecnológicos modernos. Tanto é que consta do nosso Plano de Metas, dentre outras propostas, o desenvolvimento e aplicação de soluções de inteligência artificial nas rotinas relacionadas ao processo eletrônico para racionalizar o fluxo do trabalho, reduzindo o tempo de tramitação dos processos e otimizando os recursos humanos e materiais, além da melhoria das condições laborais dos servidores e dos magistrados da capital e do interior do Estado, com iniciativas que visem à preservação da saúde física e mental no trabalho.

É sabido também que a Administração Pública – e aí se inclui o Poder Judiciário – vem utilizando a **internet** – esse milagroso recurso tecnológico que permite a comunicação global e instantânea –, para reduzir a circulação de papéis e, conseqüentemente, facilitar aos cidadãos o acesso às informações.

Devemos, portanto, utilizar todos os recursos que possam aumentar a produtividade e a eficiência da Administração Pública, como vem acontecendo, no caso do Poder Judiciário, por meio da acelerada implantação das ferramentas tecnológicas de comunicação digital e de informatização processual. Mas o que desejo novamente ressaltar é que o elemento mais importante em todo esse processo é o **SER HUMANO**.

As máquinas prestam bons serviços e até podem ser programadas para pensar, mas não podem expressar autênticas emoções. Apenas os seres

humanos possuem sentimentos e são capazes de externar emoções positivas que podem contribuir para o bem-estar e a felicidade das pessoas.

Por isso, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, a melhoria da comunicação interna e externa garantindo o acesso às informações públicas, o aprimoramento da gestão de pessoas e o fortalecimento das relações institucionais são metas a serem alcançadas, norteadas que serão pela ética, pela responsabilidade social, pela sustentabilidade e pela acessibilidade.

O tripé eficiência, moralidade e transparência será a viga mestra, marcada pela harmonia e trabalho colaborativo e participativo no ambiente institucional.

VI. Quando o mundo desaba, o ser humano o sustenta

Para encerrar, depois dessas considerações sobre humanismo, o valor único e imponderável de cada pessoa, da importância da felicidade humana e dos perigos que corremos neste novo mundo que se apresenta, trago algumas histórias e lembranças que revelam os traços distintivos da espécie humana, inigualáveis por qualquer máquina: **a lealdade, a amizade e o amor**, que sustentam o mundo diante da dura realidade que às vezes se impõe.

Refiro-me às pessoas que fizeram parte da minha história de vida (não máquinas, **softwares** ou robôs), pessoas que me ajudaram a dar maior sentido e significado a minha existência. Quero falar daqueles que ao longo da minha vida, cada um a sua maneira, contribuíram para que eu pudesse realizar cada um dos meus objetivos pessoais e profissionais, pois a experiência nos mostra que na vida vários são os episódios isolados e aparentemente inexpressivos que no futuro demonstram que foram eles que direcionaram o nosso destino.

Colho este momento para afirmar, com absoluta segurança, que a causa eficiente de me encontrar hoje tomando posse na Presidência deste Tribunal deve-se ao salutar aconselhamento do saudoso Desembargador Oto Luiz Sponholz, que sempre realçava minha vocação para a magistratura. Por ter sido seu aluno na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, depois de formado, seu assessor jurídico e, mais adiante como magistrado, seu juiz auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça e na Presidência deste Tribunal, nele me pautei e dele extraí os melhores exemplos de todos os seus atributos pessoais e intelectuais, tendo com ele aprendido que a maior virtude de um **amigo** é a **lealdade**.

Aliás, a respeito da lealdade, lembro das primorosas palavras do Desembargador Rodrigues de Lima, proferidas no seu discurso de posse no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Disse ele: *“Sem a lealdade que devemos aos amigos e que os amigos dadivosamente nos concedem, a vida não teria nenhum sentido, porque desfalcada do seu próprio sal não passaria de uma chama sempre a extinguir-se, embora se renove tanto quando nasce uma criança, como também quando nasce uma amizade”*.

Com a lembrança do Desembargador Oto Sponholz, agradeço a todos os meus amigos, de todas as fases da minha vida, que me permitiram conhecer a lealdade por meio da qual aprendi merecê-los no apostolado de saber conservá-los como melhor forma de expressar-lhes a minha gratidão.

E por fim, claro, não poderia deixar de ser, quero falar do **amor**, que ganhou uma concretude inimaginável naquele assustador e incrível 06 de junho de 2018, dia em que meu amado neto Gregório veio ao mundo, pré-maturo com menos de 07 meses de gestação. Foram 60 dias de muito sofrimento, permeado de desespero e até mesmo de despedida. Sim, estivemos eu, meu estimado genro Rafael e minha amada sobrinha Cristiane, médica pediatra que a tudo atendia, juntamente com o nosso capelão, Padre José Aparecido, realizando o batizado de Gregório na UTI neonatal, pois, segundo a medicina, em razão de gravíssimas intercorrências, daquele dia ele não passava. Ocorre que a fé em Deus e o amor de todos os familiares e amigos, unidos em oração, fez com que ele, Gregório, e minha amada filha Caroline, que também se encontrava desde o parto na UTI de um outro hospital, a tudo resistissem e hoje, para nossa alegria, aqui se encontram.

A Deus o meu muito obrigado por esse milagre.

A vocês (Rafael, Carol e Gregório), que hoje formam uma maravilhosa família, dedico os louros desta conquista e as emoções deste dia.

Finalizando, agora sim, externo uma vez mais o meu incondicional amor pelo Tribunal de Justiça do Paraná e renovo o juramento de me pautar pela retidão, honrado pela confiança em mim depositada pelos desembargadores que o integram. Tanto eu como os demais membros da cúpula diretiva que hoje assumem seus cargos precisaremos do apoio e da ajuda de todos, desde o nosso decano, o eminente Desembargador Telmo Cherem, de quem fui aluno

na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, até o seu mais novo integrante, o emérito Desembargador Rogério Etzel.

Unidos podemos vencer os desafios e obter bons resultados.

Como disse o filósofo dinamarquês Soren Kierkegaard: *“A vida só pode ser compreendida olhando para trás; mas só pode ser vivida olhando para frente”*.

Vamos em frente!

Muito obrigado!!!